



A estratégia de inclusão produtiva urbana do Plano Brasil sem Miséria trouxe novas perspectivas para uma parcela significativa da população de jovens e adultos pobres, que não havia tido acesso à educação ou a cursos de capacitação profissional de qualidade e, em geral, tinha inserção precária no mundo do trabalho.

O objetivo da estratégia é aproveitar a disposição dessas pessoas e promover a melhoria de suas condições de vida, por meio da inserção no mundo do trabalho como assalariadas, autônomas ou associadas.

Qualificação profissional, intermediação de mão-de-obra, incentivo e apoio ao empreendedorismo e à organização coletiva de empreendimentos solidários são algumas das ações que compõem a estratégia.

QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Carro-chefe da estratégia de qualificação profissional, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) oferece cursos gratuitos, reconhecidos pelo Ministério da Educação (responsável pelo programa) e pelo mercado.

Os cursos são ministrados por entidades do “Sistema S” (Senai, Senac, Senat e Senar)¹ e pelas redes federal, estaduais e municipais de educação profissional e tecnológica — todas credenciadas pelo Ministério da Educação, que repassa os recursos para pagamento pelos cursos diretamente a elas.

Para que haja oferta dos cursos de qualificação profissional num município, a prefeitura precisa aderir formalmente ao Pronatec. O governo federal, além de assegurar a gratuidade, pagando pelos cursos, disponibiliza recursos às escolas para o material didático e para assistência estudantil (alimentação e transporte).

São centenas de tipos de cursos com duração mínima de 160 horas, oferecidos para maiores de 16 anos, com prioridade às pessoas registradas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. Há vagas para diversos níveis de escolaridade, desde o letramento inicial até o ensino médio, a depender do curso.

Como em outras ações do Plano Brasil sem Miséria voltadas à população mais pobre, foi adotada uma metodologia de acolhimento especial para este público, equalizando conhecimentos antes do início das matérias específicas no intuito de preparar os alunos e reduzir sua evasão.

Para potencializar oportunidades de ingresso no mercado de trabalho, a quantidade de vagas e os tipos de cursos oferecidos em cada localidade são negociados entre poder público, unidades ofertantes e empresariado local.

¹ Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (Senat) e Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar).

A participação da rede do Sistema Único de Assistência Social (Suas), com sua abrangência nacional e experiência no atendimento às famílias mais vulneráveis, foi decisiva para desenvolver a estratégia de acolhimento, levar informações sobre os cursos ao público-alvo e acompanhar a trajetória dos beneficiários.

A assistência social também vem sendo fundamental para orientar e encaminhar os formados no Pronatec aos serviços de intermediação de mão de obra, de apoio ao microempreendedorismo e a iniciativas de economia solidária.

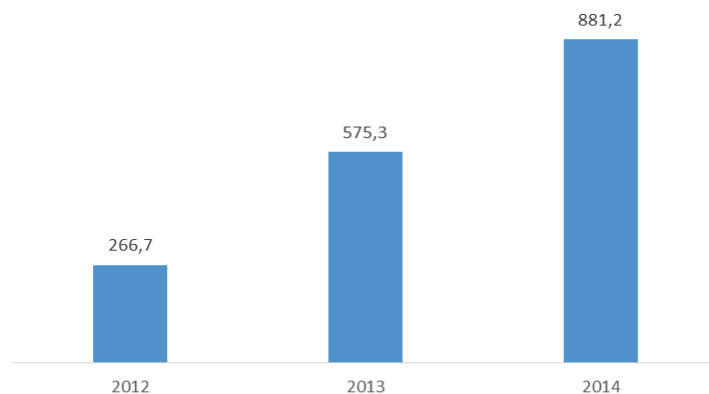
OPERACIONALIZAÇÃO DO PRONATEC

Habilitação das prefeituras	Prefeitura preenche formulário eletrônico, designando um interlocutor para assuntos relacionados ao programa
Negociação e requisição de vagas e cursos	Prefeitura discute com associações empresariais e insere as propostas em sistema do Ministério da Educação
Homologação	Ministério da Educação define os cursos e vagas que o município efetivamente receberá no período
Divulgação dos cursos e mobilização dos beneficiários	Organizada e implementada pela rede socioassistencial, incluindo as equipes do Acessuas Trabalho
Pré-matricula	Gestores municipais inserem os dados dos interessados em fazer os cursos no sistema do Ministério da Educação
Matricula	Beneficiário vai à escola confirmar sua inscrição
Início das aulas	Uso de metodologia de recepção e acolhimento de pessoas em situação de vulnerabilidade social
Acompanhamento dos beneficiários	Para avaliar a necessidade de apoio socioassistencial para permitir permanência do aluno no curso (caso haja dificuldade de conciliar horários de estudo e trabalho, cuidados com filhos pequenos, problemas de saúde na família, dificuldades de inserção na cultura institucional da escola ou de acompanhar o conteúdo dos cursos)
Articulação com políticas de trabalho, emprego e renda	Oferta de intermediação de mão de obra, formalização de empreendimentos, assistência técnica ao microempreendedor e microcrédito produtivo orientado

Resultados

De janeiro de 2012 a outubro de 2014, o Pronatec alcançou quase 4 mil municípios com 1,7 milhão de matrículas de pessoas do Cadastro Único, 67% delas mulheres e 48% de jovens de 18 a 29 anos. A maior parte das matrículas foi feita na região Nordeste (32%), seguida por Sudeste (24,1%), Sul (23,6%), Centro-Oeste (11,6%) e Norte (8,6%).

EVOLUÇÃO DAS MATRÍCULAS NO PRONATEC (2012-2014)



Fonte: Ministério da Educação.

Inserção no mercado de trabalho

Com o objetivo de monitorar a efetividade do Pronatec Brasil sem Miséria, o MDS cruzou as bases de dados do Cadastro Único, da folha de pagamento do Bolsa Família, do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (Sistec)², da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged)³, entre 2012 e junho de 2014, o que permitiu identificar o quantitativo de pessoas⁴ inscritas no Cadastro Único e beneficiárias do Bolsa Família que concluíram cursos e passaram pelo mercado de trabalho formal. O número de matrículas no Pronatec alcançou 2,5 milhões. Desses, 996,7 mil tiveram acesso a emprego, sendo que 525 mil eram registrados no Cadastro Único e 106,4 mil eram beneficiários do Bolsa Família.

Qualificação profissional para públicos específicos

Além do Pronatec, o Brasil sem Miséria inclui também outras iniciativas de qualificação profissional, como o Projeto ViraVida, uma parceria com o Conselho Nacional do Serviço Social da Indústria (Sesi) voltada a jovens em situação de abuso/exploração sexual.

Também merece destaque a parceria entre a prefeitura de São Paulo, o Senai e o Movimento Nacional de População de Rua, que permitiu a oferta de vagas em turmas exclusivas para esse público.

Outra iniciativa importante é o Programa Mulheres Mil, voltado às mulheres pobres, em especial às beneficiárias do Bolsa Família que não acessavam os cursos do Pronatec em virtude da baixa escolaridade e situações de vulnerabilidade e violência.

2 Sistema de gestão eletrônica do Pronatec, mantido pelo MEC.

3 A Rais e o Caged são registros do Ministério do Trabalho e Emprego. Empresas privadas, públicas e órgãos governamentais devem preencher a Rais anualmente, com dados de seus empregados. O Caged é preenchido pelas empresas privadas, mensalmente, com informações sobre o fluxo de contratação e desligamento de pessoal.

4 A quantidade de matrículas é maior que a de pessoas matriculadas, pois cada pessoa pode se matricular em até três cursos (não concomitantes) por ano.

Acessuas Trabalho

Para apoiar os municípios, o Plano Brasil sem Miséria criou o Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho (Acessuas Trabalho), que transfere recursos federais para a execução de ações que contribuam na integração dos usuários da assistência social ao mundo do trabalho. Trata-se de um programa que promove a mobilização, acompanhamento e monitoramento da trajetória dos alunos visando o encaminhamento a ações de intermediação de mão de obra, empreendedorismo, economia solidária e outras políticas de emprego existentes no município. Em 2014, 1.379 municípios haviam aderido ao programa.

Como funciona?

Anualmente, uma comissão formada por representantes dos gestores da assistência social nos níveis federal, estadual e municipal define os critérios e o prazo para a adesão dos municípios ao Acessuas Trabalho. Em 2012, por exemplo, os critérios foram: estar habilitado em gestão básica ou plena do Sistema Único de Assistência Social (Suas), ter Cras em funcionamento e ter aderido ao Pronatec. Caso atenda aos critérios, basta que o município faça a adesão ao programa na página do MDS na internet (é necessária a manifestação do conselho municipal de assistência social).

O município que adere ao Acessuas Trabalho se compromete com ações e metas estabelecidas anualmente em resolução do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e monitoradas pelo MDS. As secretarias municipais de assistência social ficam responsáveis pela mobilização e encaminhamento ao Pronatec e a outras iniciativas de inclusão produtiva, e também pelo acompanhamento da permanência dos alunos nos cursos.

INTERMEDIÇÃO DE MÃO DE OBRA

Os egressos dos cursos de qualificação contam com serviços de intermediação de mão de obra do Sistema Nacional de Emprego (Sine), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). No intuito de potencializar esforços para articular ações de qualificação profissional e de intermediação de mão de obra, ampliando as possibilidades para o público do Brasil sem Miséria ingressar no mercado de trabalho, o MDS e o MTE firmaram um termo de cooperação, contemplando a região Nordeste e o estado de Minas Gerais⁵. Com isso, foram prestados serviços de intermediação a 2,2 milhões de trabalhadores, 43% deles do Cadastro Único e 22%, do Bolsa Família. Dentre os 270 mil trabalhadores inseridos formalmente no mercado de trabalho, 46% eram do Cadastro Único e 25% do Bolsa Família.

Destaca-se ainda a parceria do Brasil sem Miséria com empresas. A oferta de cursos é definida localmente em conformidade com a demanda do setor privado. Em contrapartida, as empresas se comprometem a flexibilizar as exigências nos processos seletivos, sobretudo aquelas relacionadas a experiência profissional e escolaridade.

⁵ A região Nordeste concentra 53% das pessoas extremamente pobres com mais de 18 anos, no meio urbano, e responde por 40% das matrículas do Pronatec Brasil sem Miséria. Entre 2010 e 2011, foi a região com segundo maior crescimento de empregos formais no país, de 5,87% ficando acima do crescimento nacional de 5,09%.

MICROEMPREENDEDORISMO, MICROCRÉDITO E ECONOMIA SOLIDÁRIA

Iniciativas de microempreendedorismo e economia solidária têm se constituído em alternativas promissoras de trabalho e renda, e por isso têm destaque no Plano Brasil sem Miséria. O público de baixa renda que trabalha por conta própria pode ter acesso à formalização gratuita como Microempreendedores Individuais (MEI) de maneira simplificada e com impostos reduzidos. No início de 2015 havia pouco mais de 5,2 milhões de MEIs, mais de 1,3 milhão deles inscritos no Cadastro Único, e 525 mil beneficiários do Bolsa Família.

Os microempreendedores têm acesso a serviços gratuitos de assistência técnica e gerencial do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). Esses serviços, embora voltados a micro e pequenos empreendedores, não estavam preparados para atender ao público mais pobre. Por isso, o Sebrae e o MDS assinaram um acordo de cooperação, no âmbito do Brasil sem Miséria, com o objetivo de adaptar metodologias de assistência técnica e gerencial às necessidades do público de baixa renda.

O microcrédito produtivo orientado também tem papel importante na estruturação e expansão dos negócios, que tiveram as taxas de juros reduzidas⁶. Das 10,3 milhões de operações de microcrédito feitas pelo Programa Crescer no período de setembro de 2011 a agosto de 2014, 5,6 milhões (54%) destinaram-se a pessoas do Cadastro Único, dentre as quais 3,6 milhões (35%) eram do Bolsa Família.

O Crediamigo

Os microempreendedores informais em geral não dispõem de garantias reais ou comprovação de renda que possam servir de colateral nas operações de crédito. Por isso, no programa Crediamigo, o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) utiliza o aval solidário: grupos formados por três a 30 empreendedores independentes avalizam-se e responsabilizam-se por todo o crédito que tomam. Outro diferencial do programa é a orientação feita pelo assessor de crédito, que presta atendimento personalizado ao empreendedor, orientando-o em suas necessidades básicas de gestão.

Com o microcrédito, costureiros, pipoqueiros, feirantes, cabeleireiros e vários outros tipos de microempreendedores podem deixar de recorrer a fontes informais, passando a ter suas necessidades de capital de giro e investimento supridas com crédito bancário de curto prazo, na maior parte em operações com valor entre R\$ 100 e R\$ 2 mil. Cerca de 90% das operações do Crediamigo financiam atividades ligadas ao comércio, 9% ao setor de serviços e 1% às indústrias. O programa está presente em quase 2 mil municípios. Além do Crediamigo, o BNB conta também com um programa destinado ao empreendedor no campo, o Agroamigo.

Quem trabalha coletivamente também tem apoio do Brasil sem Miséria no processo de organização, produção, comercialização e acesso a crédito, por meio da Secretaria Nacional de Economia Solidária do MTE, que apoia 11,2 mil empreendimentos de economia solidária⁷, beneficiando diretamente mais de 240 mil pessoas.

6 A taxa de juros foi reduzida de 60% para apenas 5% ao ano, e taxa de abertura de crédito foi diminuída de 3% para 1%.

7 Atividades econômicas organizadas sob a forma de autogestão.

DESAFIOS

O acesso à formação profissional de qualidade e a serviços de intermediação de mão de obra, bem como o estímulo ao empreendedorismo, à economia solidária e ao crédito facilitado, reduzem as desigualdades para ingresso no mercado de trabalho.

A estratégia de inclusão produtiva urbana do Brasil sem Miséria permitiu que cursos de qualificação profissional de excelência fossem adaptados e dirigidos aos mais pobres e ganhassem escala e capilaridade no país. Só foi possível alcançar esse público com a entrada da rede de assistência social no processo e com o apoio dado pelo Brasil sem Miséria aos estados e municípios para participarem desse esforço.

O trabalho de identificação de oportunidades junto ao empresariado, para adequação das ofertas do Pronatec, deve ser reforçado, de modo a aumentar as oportunidades de absorção do público egresso dos cursos pelo mercado formal. Para isso é necessário progredir ainda mais na articulação com os gestores locais, o empresariado e os trabalhadores.

Fazer com que os cursos cheguem cada vez mais aos jovens pobres, de baixa escolaridade em territórios de alta vulnerabilidade, é um importante desafio a ser alcançado pelas três esferas de governo.

Este texto é baseado no seguinte artigo:

COSTA, Patricia Vieira da; MÜLLER, Luiz Herberto; CARDOSO, Margarida Munguba; SOUSA, Marcelo de; LIMA, Luciano Maduro Alves de. A estratégia de inclusão produtiva urbana no Plano Brasil sem Miséria. In: CAMPELLO, Tereza; FALCÃO, Tiago; COSTA, Patricia Vieira da (Orgs.). **O Brasil sem miséria**. Brasília: MDS, 2014.